

## TERMO DE REFERÊNCIA

**Unidade responsável: Centro de Abastecimento Farmacêutico**

### 1. DO OBJETO:

**1.1.** O objeto do presente Termo de Referência constitui-se da **aquisição de equipamento gerador** para garantir o fornecimento integral de energia elétrica para armazenamento de medicamentos termolábeis e imunobiológicos no prédio da Farmácia de Minas, de acordo com o descritivo abaixo indicado:

ITEM	QTDE TOTAL	DESCRIÇÃO CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	PREÇO MÉDIO	VALOR TOTAL
01	01	<b>Grupo Gerador Diesel 25 kVA</b>	UND	R\$ 57.317,35	R\$ 57.317,35

#### **1.Especificações técnicas mínimas:**

##### **1.1. Motor**

- Motor a diesel, refrigeração líquida;
- Potência e especificação compatível com desempenho contínuo para carga de 25kVA;
- Injeção eletrônica, com sistema de partida elétrica 12V;
- Tanque de combustível integrado, com autonomia mínima de 8 horas sob carga nominal;
- Gaveta de acesso para manutenção e inspeção;
- Capacidade para suportar corrente de partida dos compressores das geladeiras;
- Frequência: 60 Hz.

##### **1.2. Alternador**

- Alternador síncrono, com isolamento classe H;
- Fator de potência 0,88 (indutivo);
- Tensão de saída: 200/127V;
- Regulação automática de tensão (AVR) para manter estabilidade;
- Baixa distorção harmônica, adequada para equipamentos sensíveis.

##### **1.3. Motor Diesel**

- Motor 4 tempos, refrigeração líquida;
- Partida elétrica automática;
- Sistema de pré-aquecimento (quando aplicável);

- Tanque com autonomia mínima de 8 horas a 100% de carga;
- Proteção contra baixa pressão de óleo e alta temperatura.

#### **1.4. Painel de Controle**

Painel completo com:

- Chave de partida e parada;
- Controlador microprocessado;
- Indicadores de tensão, corrente, frequência, horas de operação;
- Alarmes e proteções (sobretensão, subtensão, sobrecarga, baixa pressão de óleo, alta temperatura, falta de combustível etc.);
- Sistema de transferência automática (ATS) (OBRIGATÓRIO).

#### **1.5. Estrutura e acessórios**

- Base metálica com amortecedores anti vibração;
- Sistema de escape com silenciador;
- Painel com proteção acústica (gabinete insonorizado) para redução de ruído;
- Filtro de ar, filtro de óleo, filtro de combustível;
- Cabos de ligação entre painel e motor;
- Gabinete silenciado (carenado) para uso em área urbana;
- Nível máximo de ruído compatível com legislação municipal.

### **2. Desempenho e normas**

- Operação contínua e estável em temperaturas ambientes usuais e altitudes até limite operacional padrão.
- Atender às normas brasileiras e internacionais de segurança e desempenho (ex. NR 10, NBR IEC 60034, ou similares)
- Proteção contra choques elétricos, aterramento e conformidade técnica.

### **3. Instalação e comissionamento**

A empresa fornecedora deverá realizar:

- Montagem, ensaios e comissionamento completos no local
- Testes de funcionamento com carga
- Realizar instalação completa do gerador e do quadro de comando (ATS)
- Garantir correto funcionamento das geladeiras e equipamentos críticos
- Fornecer treinamento básico ao responsável técnico
- Verificar se as condições do local especificado para instalação são compatíveis com as dimensões e características do gerador a ser fornecido.

#### **4. Documentação a ser entregue**

- Manual técnico do fabricante (português);
- Certificado de conformidade e garantias;
- Lista de peças de reposição recomendadas;
- Termo de garantia mínima de 12 meses.

#### **5. Garantia e assistência técnica**

- Garantia mínima de 12 meses a partir da aceitação;
- Suporte técnico e atendimento à assistência, com disponibilidade de peças e manutenção

#### **6. Conformidade e normas**

O equipamento deverá atender:

- Normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária relativas à conservação de medicamentos
- Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
- Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego – NR-10 (Segurança em Instalações Elétricas)..

#### **7. Observações**

- A Prefeitura de Varginha providenciará as instalações elétricas da entrada de energia (Padrão CEMIG) até o quadro de comando do gerador, conforme memorial descritivo anexo.

**Entrega Técnica:** A entrega técnica compreenderá:

- Verificação da instalação do Grupo Gerador abrangendo ligações elétricas, sistema de aterramento e demais sistemas operacionais, tais como combustível, arrefecimento, lubrificação e escapamento, inspeção visual do equipamento e disponibilização dos itens necessários à sua operacionalidade;
- Execução da primeira partida do Grupo Gerador;
- Realização dos testes operacionais do conjunto e manobras de carga com interrupções momentâneas, com carga local (desde que esta esteja disponível);
- Treinamento básico de operação e manutenção ao operador, a fim de garantir o bom funcionamento do equipamento.

**1.2.** O objeto deste Termo de Referência é caracterizado como comum, cuja descrição da solução como um todo restou demonstrada para a presente necessidade.

**1.3.** O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta dias) contados da assinatura do instrumento contratual.

**1.4.** As empresas deverão, obrigatoriamente, citar a marca e modelo dos equipamentos cotados, além de apresentação de prospectos ou catálogo contendo imagens e características técnicas provenientes do fabricante, sob pena de desclassificação do item da proposta não identificado.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A Aquisição do Gerador tem como objetivo atender as necessidades da Farmácia de Minas quando houver interrupção no fornecimento de energia, e assim garantir o suprimento de energia contínuo e com qualidade de forma que os medicamentos e imunobiológicos sejam conservados na temperatura preconizada evitando a perda dos mesmos.

A aquisição será realizada através de recurso financeiro advindo da Resolução da SES-MG 10.679/2025, destinado à aquisição de mobiliários e equipamentos e/ou à realização de obras de farmácias públicas dos municípios que aderirem à Descentralização do Componente Especializado de Assistência Farmacêutica. de capital.

## **3. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

### **3.1. Condições de Fornecimento /Local de entrega / Prazo**

**3.1.1.** O prazo de entrega do bem será de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, no seguinte endereço: Av. Celina Ferreira Ottoni, 3389, Padre Vitor, Varginha – MG, dentro do horário de expediente, de segunda-feira a sexta-feira, das 08:00 às 16:00h.

A instalação deve ser realizada em até 20 (vinte) dias após o recebimento do bem.

### **3.2. Recebimento**

**3.2.1.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**3.2.2.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias corridos ou de acordo com a necessidade do contratante, contados da instalação do equipamento, após a verificação da qualidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**3.2.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**3.2.4.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do fornecimento.

### **3.3. Preposto**

**3.3.1.** A Contratada poderá designar formalmente um preposto da empresa, antes do início da entrega, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

## **4. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1.** Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, § 2º da Lei 14.133/2021.

## **5. DA FORMA DE GESTÃO DO CONTRATO**

**5.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**5.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias, mediante simples apostila.

**5.3.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**6.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos conforme previsto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.2.** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**6.3.** Durante a execução do objeto, na fase do recebimento provisório, o fiscal designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**6.4.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**6.5.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**6.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**6.7.** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**6.8.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **7. DO PAGAMENTO**

### **7.1. Prazo de pagamento**

**7.1.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, mediante apresentação da competente Nota Fiscal / Fatura pelo Contratado, devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Saúde e a respectiva fiscalização do Contrato.

**7.1.2.** Em caso de irregularidade fiscal o pagamento não será realizado.

**7.1.3.** Em caso de irregularidade fiscal da contratada por ocasião do pagamento, a Administração notificará a contratada para a regularização da documentação. Não sendo providenciada a regularização da documentação, o Município adotará as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

## **7.2. Forma de pagamento**

**7.2.1.** O recebimento será através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.2.2.** Será considerada data provável do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.2.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

## **8. DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**8.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis.

## **9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**9.1.** A presente contratação será realizada por intermédio de procedimento licitatório, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com a adoção do critério de menor preço global, com fundamento no artigo 28, inciso I, c/c inciso XLV do artigo 6º da Lei Federal e artigo 82 da Lei Federal nº. 14.133/2021 e artigo 30 do Decreto Municipal nº. 11.595/2023.

### **9.2. Dos prospectos**

A empresa vencedora deverá apresentar prospecto do item para análise técnica pela equipe técnica, no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O valor estimado total da contratação é de R\$57.317,35 (cinquenta e sete mil, trezentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos).

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária do Município, consignada no orçamento para o exercício de 2026, de acordo com a seguinte classificação:

Organograma (Órgão)	Função + Subfunção		Despesa	Natureza (Econômica)	Recurso (Fonte)	Origem
	+ Programa (Funcional)	Ação				
06.001	10.303.1300	2485	158	4.4.90.52	2.621.000.0000.0194	SEMUS

11.2. Eventual dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DAS SANÇÕES

12.1. São aplicáveis as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de Licitar e Contratar com a Administração Direta e Indireta do Município de Varginha, pelo prazo de até 03 (três) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) e máximo de 06 (seis) anos.

12.2. As sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município e a Declaração de Inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.3. A penalidade de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses, de acordo com o art. 6º do Decreto Municipal Nº 11.599, de 25 de maio de 2023:

- descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na prestação dos serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**12.4.** A penalidade de multa será aplicada de acordo com as seguintes regras, de acordo com o art. 7º do Decreto Municipal nº 11.599, de 25 de maio de 2023:

**I** - multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

**II** - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente;

**III** - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;

b) desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração;

c) tumultuar a sessão pública da licitação;

d) descumprir requisitos de habilitação, a despeito da declaração em sentido contrário;

e) propor recursos manifestamente protelatórios;

f) deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do Município, dentro do prazo concedido pela Administração Pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;

g) deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações;

h) propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e

i) outras situações de natureza correlatas.

**IV** - multa administrativa de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:

a) deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;

b) permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;

deixar de regularizar, no prazo definido pela Administração Pública Municipal, os documentos exigidos na legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;

**d)** deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;

**e)** não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;

**f)** manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

**g)** utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

**h)** tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

**i)** deixar de fornecer Equipamento de Proteção Individual – EPI ou uniformes, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

**j)** deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pelo órgão contratante;

**k)** deixar de repor funcionários faltosos;

**l)** deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

**m)** deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

**n)** deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

**o)** deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária devidamente regularizada;

**p)** outras situações de natureza correlata.

**V** - multa administrativa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**VI** - multa administrativa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

**12.5.** Nos termos do art. 8º, § 5º do Decreto Municipal nº 11.599, de 25 de maio de 2023, a aplicação das multas não exclui a obrigação de reparação integral de eventual dano causado ao órgão contratante.

**12.6.** A sanção de impedimento de licitar e contratar, de acordo com o art. 11 do Decreto Municipal nº 11.599, de 25 de maio de 2023, será aplicada quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e nos seguintes casos, quando:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) outras situações de natureza correlatas.

**12.7.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de acordo com o art. 12 do Decreto Municipal Nº 11.599, de 25 de maio de 2023, será aplicada àquele que:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- g) outras situações de natureza correlata.

o

**12.8.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada.

**12.9.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

### **13. GARANTIA DO OBJETO**

**13.1.** Será exigida a garantia do objeto pelo prazo de 12 (DOZE) meses, contados a partir da entrega e instalação do mesmo.

## **14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

### **14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

**14.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**14.1.2.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**14.1.3.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **14.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

**a)** Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – (C.N.P.J.);

**b)** Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e contribuições sociais;

**c)** Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa para com a Fazenda Estadual;

**d)** Prova de Regularidade através de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;

**e)** Prova de Regularidade perante o F.G.T.S. (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

**f)** Prova de Regularidade Trabalhista, mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa.

### **14.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**14.3.1.** Certidão Negativa de Pedido de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial/Extrajudicial, expedida por setor do Poder Judiciário da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, emitida, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a abertura dos Envelopes – Habilitação.

**14.3.2.** Nas hipóteses em que a Certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de Recuperação Judicial/Extrajudicial em vigor.

#### **14.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

14.4.1. Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido em nome da própria licitante (empresa), que demonstre a capacidade operacional na execução de serviços similares à contratação pretendida.

14.4.2. Comprovar capacidade técnica mediante apresentação de atestados de desempenho anterior emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível em características e quantidades com o objeto licitado;

14.4.3. Comprovar que a licitante possui em seu quadro; profissional legalmente habilitado, responsável técnico pela execução dos serviços de fornecimento e instalação de gerador, mediante apresentação de:

- Registro profissional ativo no respectivo conselho de classe competente (CFT/CRT ou CREA, conforme a formação do profissional);

- Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme o conselho de classe do profissional, compatível com o objeto da contratação.

O profissional responsável deverá possuir atribuições legais compatíveis com as atividades de fornecimento, instalação, interligação elétrica, testes e comissionamento de grupo gerador a diesel, conforme legislação e resoluções do respectivo conselho profissional.

#### **15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**15.1.** Assumir inteira responsabilidade, civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados pela Contratada ao Contratante ou ainda a terceiros em decorrência do fornecimento objetivado na presente contratação;

**15.2.** Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado, incluídos aí, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, seguros, taxas de serviços, manutenção (preventiva e corretiva) e outros;

**15.3.** Responder perante os órgãos competentes, por todas as obrigações e encargos assumidos ou gerados, em razão da presente contratação;

**15.4.** Obedecer todas as exigências estabelecidas neste instrumento;

**15.5.** Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação;

**15.6.** Cumprir todos os postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**16.1.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no presente instrumento;

**16.2.** Promover, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, sob o aspecto quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, sem que isso configure, em qualquer aspecto, transferência de responsabilidade da Contratada ao Contratante pela correta execução do fornecimento do objeto contratado;

**16.3.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do instrumento de Contrato, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**16.4.** Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de penalidades.

**Varginha, 27 de abril de 2026**

**O presente Termo de Referência foi realizado pelo(s) servidor(es) abaixo:**

**Equipe de Planejamento:** Isabela Cristina Silva Moraes

**Cargo:** Farmacêutica

**Assinatura:**

**Fiscal:** Trícia Carla Bernardo Antônio

**Cargo:** Oficial de Administração

**Assinatura:**

**Gestora:** Daniela Aparecida de Abreu

**Cargo:** Coordenadora da Assistência Farmacêutica do Município de Varginha

**Assinatura:**

**Autoridade da Área Requisitante:** Heron Ataíde Martins

**Cargo:** Secretário Municipal de Saúde

**Assinatura:**

## Assinantes

---

## Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.  
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

4QV

XLN

4G0

LVN